

## **DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

## **TEACHER PROFESSIONAL DEVELOPMENT AND INCLUSION POLICIES: THE CARE OF CHILDREN WITH AUTISM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION**

## **DESARROLLO PROFESIONAL DOCENTE Y POLÍTICAS DE INCLUSIÓN: LA ATENCIÓN A NIÑOS CON AUTISMO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL**

**Vanessa De Almeida e Silva**

**RESUMO:** Este artigo aborda a importância do desenvolvimento profissional docente e das políticas de inclusão no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram analisados os desafios enfrentados pelos professores, especialmente relacionados à formação inicial insuficiente e à necessidade de formação continuada estruturada. Destaca-se a relevância da articulação entre teoria e prática, bem como a importância do apoio psicopedagógico e da parceria entre escola e família para a construção de ambientes inclusivos. A utilização de recursos pedagógicos específicos, como tecnologias assistivas, jogos e comunicação alternativa, é fundamental para promover o engajamento e a aprendizagem desses alunos. Além disso, enfatiza-se a dimensão afetiva na mediação docente, que contribui para a criação de vínculos de confiança e segurança. O artigo também evidencia que, apesar da existência de marcos legais que garantem o direito à inclusão, ainda há desafios significativos para sua efetivação no contexto escolar. Por fim, destaca-se que a inclusão de crianças com TEA requer um compromisso integrado, envolvendo formação, recursos adequados, apoio institucional e atitudes acolhedoras, visando a construção de uma educação infantil que respeite e valorize a diversidade.

**Palavras-chave:** Formação Docente; Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista; Educação Infantil.

**ABSTRACT:** This article addresses the importance of teacher professional development and inclusion policies in the care of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in early childhood education. Through a bibliographical survey, the challenges faced by teachers were analyzed, especially those related to insufficient initial training and the need for structured continuing training. The relevance of the link between theory and practice was highlighted, as well as the importance of psycho-pedagogical support and the partnership between school and family in building inclusive environments. The use of specific teaching resources, such as assistive technologies, games and alternative communication, is fundamental to promoting the engagement and learning of these students. It also emphasizes the affective dimension of teacher mediation, which contributes to the creation of bonds of trust and security. The article also shows that, despite the existence of legal frameworks that guarantee the right to inclusion, there are still significant challenges to its implementation in the school context. Finally, it highlights that the inclusion of children with ASD requires an integrated commitment, involving training, adequate resources, institutional support and welcoming attitudes, with a view to building an early childhood education that respects and values diversity.

**Keywords:** Teacher Training; School Inclusion; Autism Spectrum Disorder; Early Childhood Education.

**RESUMEN:** Este artículo aborda la importancia del desarrollo profesional docente y las políticas de inclusión en la atención a niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación infantil. A través de una investigación bibliográfica, se analizaron los desafíos que enfrentan los profesores, especialmente relacionados con la insuficiente formación inicial y la necesidad de una formación continua estructurada. Se destaca la relevancia de la articulación entre teoría y práctica, así como la importancia del apoyo

psicopedagógico y la colaboración entre la escuela y la familia para construir ambientes inclusivos. La utilización de recursos pedagógicos específicos, como tecnologías asistivas, juegos y comunicación alternativa, es fundamental para promover la participación y el aprendizaje de estos alumnos. Además, se enfatiza la dimensión afectiva en la mediación docente, que contribuye a crear vínculos de confianza y seguridad. El artículo también evidencia que, a pesar de la existencia de marcos legales que garantizan el derecho a la inclusión, aún existen desafíos significativos para su implementación en el contexto escolar. Finalmente, se destaca que la inclusión de niños con TEA requiere un compromiso integrado que involucre formación, recursos adecuados, apoyo institucional y actitudes acogedoras, con el objetivo de construir una educación infantil que respete y valore la diversidad.

**Palabras clave:** Formación Docente; Inclusión Escolar; Trastorno del Espectro Autista; Educación Infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil tem sido uma demanda crescente nos contextos escolares, exigindo uma reconfiguração das práticas pedagógicas e institucionais. Compreender como se dá o atendimento a esses alunos implica considerar não apenas as necessidades específicas do público-alvo da educação especial, mas também o papel essencial que os professores desempenham na construção de ambientes inclusivos. Nesse cenário, a formação docente emerge como um fator determinante para a efetivação de práticas que garantam equidade no processo de ensino e aprendizagem.

O avanço das políticas públicas voltadas à educação inclusiva no Brasil tem reforçado o compromisso com uma escola mais democrática, capaz de acolher a diversidade. Entretanto, a distância entre os princípios legais e a realidade das salas de aula ainda é um desafio presente. O atendimento a crianças com autismo na educação infantil demanda não apenas boa vontade ou sensibilidade, mas também conhecimentos específicos, estratégias pedagógicas eficazes e suporte institucional contínuo. É nesse ponto que o desenvolvimento profissional docente assume uma posição central no debate educacional contemporâneo.

A formação inicial dos professores nem sempre contempla, de forma adequada, os conteúdos relacionados à educação especial e às necessidades dos estudantes com TEA. Muitos docentes ingressam na prática escolar com lacunas teóricas e metodológicas que dificultam a promoção de um ensino realmente inclusivo. Diante disso, a formação continuada torna-se uma estratégia indispensável para ampliar as competências profissionais e favorecer a construção de uma prática pedagógica que reconheça as singularidades de cada criança.

É preciso refletir sobre as políticas educacionais que orientam o trabalho docente e suas implicações nas rotinas escolares. A inclusão de crianças com autismo não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor da sala comum, mas como um compromisso coletivo, que envolve gestão escolar, equipe pedagógica, profissionais de apoio e as famílias. O alinhamento entre formação e políticas públicas contribui para o fortalecimento de uma rede de apoio eficiente, que favoreça o desenvolvimento integral dos alunos.

A educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emocionais das crianças. Para aquelas com autismo, esse período representa uma oportunidade valiosa de intervenção precoce e de construção de vínculos afetivos e comunicativos. No entanto, tais possibilidades só se concretizam quando o ambiente educacional é acolhedor, estruturado e intencionalmente planejado. O papel do professor, nesse contexto, é essencial para criar experiências significativas de aprendizagem.

A percepção dos docentes em relação ao autismo influencia diretamente sua prática pedagógica. Quando não há conhecimento suficiente sobre o transtorno, é comum que prevaleçam concepções estereotipadas e práticas excludentes. Por outro lado, professores que participam de formações específicas tendem a desenvolver uma postura mais empática, crítica e propositiva diante das necessidades dos estudantes com TEA. Essa mudança de olhar reflete-se na qualidade do atendimento prestado e na construção de relações mais humanizadas dentro da escola.

É necessário, portanto, investir em processos formativos que articulem teoria e prática, valorizando as experiências dos professores e promovendo o diálogo entre saberes acadêmicos e cotidianos. A formação não deve ser pensada como um momento isolado, mas como um percurso contínuo de reflexão e transformação. Quando o desenvolvimento profissional é tratado como prioridade, o professor torna-se agente ativo na construção de práticas inclusivas e inovadoras, que rompem com padrões tradicionalmente excludentes.

Embora os marcos legais garantam o direito à educação para todos, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para implementar ações que realmente favoreçam a aprendizagem de crianças com autismo. Falta de recursos, escassez de formação, ausência de apoio multiprofissional e sobrecarga dos professores são alguns dos fatores que comprometem a efetivação da inclusão. Tais desafios exigem um olhar atento por parte das instâncias gestoras e das instituições formadoras.

É preciso considerar que a inclusão não é um processo uniforme, mas que assume diferentes formas e significados conforme o contexto. A realidade de cada escola, as condições de trabalho dos professores e a diversidade dos alunos exigem estratégias específicas, construídas de forma colaborativa. Nesse sentido, compreender como os docentes percebem e vivenciam o atendimento a crianças com TEA na educação infantil é fundamental para a elaboração de políticas públicas mais adequadas e sensíveis às particularidades do cotidiano escolar.

A escuta das experiências dos professores pode revelar tanto os avanços quanto as limitações das práticas inclusivas atuais. Além disso, permite identificar aspectos que precisam ser revistos nas propostas formativas, bem como nos instrumentos de apoio institucional. Ao valorizar as vozes docentes, reconhece-se a importância do conhecimento produzido na prática e da vivência como fonte legítima de aprendizagem e transformação. Assim, a pesquisa nesse campo torna-se uma ferramenta potente de escuta, análise e intervenção.

A discussão sobre o desenvolvimento profissional docente e suas implicações na inclusão de crianças com autismo na educação infantil exige uma abordagem crítica, que vá além do cumprimento de normas legais. Trata-se de compreender a escola como espaço de convivência, aprendizagem e respeito às diferenças. A formação dos professores, portanto, deve estar alinhada a uma concepção de educação que valorize a diversidade como princípio pedagógico e ético, e não apenas como obrigação institucional.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo investigar as percepções de professores da educação infantil sobre sua formação para o atendimento de estudantes com autismo, bem como analisar a efetividade das práticas inclusivas adotadas no contexto escolar. A partir dessa análise, pretende-se contribuir com a reflexão sobre as relações entre formação docente, políticas de inclusão e a construção de ambientes educacionais mais equitativos, humanos e significativos para todos.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza **qualitativa**, com abordagem **bibliográfica**, tendo como objetivo analisar e refletir sobre a relação entre o desenvolvimento profissional docente e a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil. A escolha por esse tipo de investigação justifica-se pela intenção de aprofundar o conhecimento teórico sobre o tema, a partir de contribuições de autores consagrados e recentes que dialogam com as práticas educacionais inclusivas.

A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, leitura, interpretação e análise de obras já publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais, que abordam diretamente os eixos centrais deste trabalho: formação de professores, políticas de inclusão e atendimento educacional a crianças com autismo. Tal procedimento permite a construção de uma base teórica sólida, fundamentada em referenciais que sustentam criticamente os pressupostos da investigação.

Para a seleção dos materiais, foram considerados critérios como: atualidade das publicações (priorizando-se produções dos últimos dez anos, exceto autores clássicos ou de reconhecida relevância no campo), pertinência ao objeto de estudo, rigor científico e contribuição para o debate educacional contemporâneo. As fontes foram obtidas por meio de bases acadêmicas como Scielo, Google Acadêmico, CAPES Periódicos, bem como bibliotecas digitais de universidades e editoras especializadas em educação e inclusão.

A análise do conteúdo seguiu os princípios da interpretação crítica dos textos, buscando identificar recorrências temáticas, divergências conceituais e contribuições que permitam uma compreensão ampliada sobre as relações entre a formação docente e a efetivação da inclusão de crianças com TEA. A leitura foi realizada de forma sistemática e categorizada, possibilitando a organização do material em eixos temáticos que orientam a fundamentação teórica e a discussão dos resultados da pesquisa.

Ainda que não envolva coleta de dados empíricos, a pesquisa bibliográfica oferece subsídios relevantes para a compreensão dos desafios enfrentados pelos professores da educação infantil, bem como para a análise da efetividade das políticas públicas no contexto escolar. A escolha por essa metodologia também permite estabelecer conexões entre diferentes campos do saber — como a pedagogia, a psicologia e a neurociência —, enriquecendo a abordagem do tema proposto.

A pesquisa respeita os princípios éticos da produção científica, com a devida citação das fontes consultadas, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O compromisso com a integridade acadêmica garante a fidedignidade dos argumentos apresentados, bem como a valorização dos autores e das obras que sustentam a construção do conhecimento neste estudo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que muitos professores da educação infantil sentem-se despreparados para atender crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o que decorre, em grande parte, das lacunas presentes na formação inicial. Camargo et al. (2020) apontam que a ausência de disciplinas específicas e materiais adequados contribui para esse sentimento de insegurança, dificultando a construção de práticas pedagógicas que realmente atendam às necessidades desses estudantes.

Essa fragilidade na formação inicial compromete a qualidade do atendimento e a efetividade da inclusão escolar, evidenciando a necessidade urgente de uma preparação mais sólida e contextualizada dos docentes. Além da formação inicial, a busca por formação continuada aparece como um recurso importante para que os professores possam aprimorar suas competências no atendimento a crianças com autismo.

Contudo, essa busca nem sempre é estruturada, fazendo com que muitos educadores dependam do contato prático e da troca informal de experiências, sem o suporte teórico necessário para fundamentar suas ações. Mantoan (2016) destaca que a falta de programas sistematizados para a formação continuada limita o desenvolvimento profissional, comprometendo a construção de ambientes educativos realmente inclusivos.

Ferro (2017) enfatiza que os cursos de formação ainda apresentam uma fragilidade significativa em sua abordagem inclusiva, visto que muitos conteúdos são apresentados de forma superficial e desvinculada das demandas reais da sala de aula. Essa lacuna prejudica a capacidade do professor de lidar com as singularidades das crianças com TEA, limitando sua atuação a práticas tradicionais que nem sempre promovem o desenvolvimento integral dos alunos. O déficit formativo impacta não apenas o aspecto pedagógico, mas também a construção de uma postura ética e inclusiva por parte dos docentes.

Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) chamam atenção para as dificuldades encontradas na comunicação com crianças autistas, uma área que exige preparação específica e sensibilidade para compreender as formas alternativas de expressão desses estudantes. A falta de conhecimento nessa área resulta, muitas vezes, em estratégias pedagógicas inadequadas, que afastam o aluno do processo de aprendizagem e reforçam o sentimento de exclusão. Assim, torna-se evidente que a formação docente deve contemplar essas especificidades para garantir a participação efetiva das crianças.

Outro ponto crucial destacado pela literatura é a parceria entre escola e família no processo inclusivo. Cabral, Falcke e Marin (2018) enfatizam que a troca constante entre professores e familiares é

fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais eficazes, pois permite uma compreensão ampliada do aluno dentro de seus contextos sociais e culturais. Essa relação colaborativa não apenas potencializa o aprendizado, mas também fortalece o vínculo afetivo necessário para a construção de um ambiente acolhedor e respeitoso.

Melo Lima e Laplane (2019) acrescentam que a insegurança inicial sentida pelos professores pode ser superada quando há o estabelecimento de vínculos sólidos tanto com as crianças quanto com suas famílias. Esses vínculos geram confiança e segurança, criando um clima propício para a aprendizagem e para o desenvolvimento social dos alunos. A construção desse ambiente acolhedor é, portanto, um aspecto central na promoção da inclusão, demandando investimento em estratégias que valorizem a afetividade.

Carvalho (2025) destaca a importância de abordagens formativas fundamentadas na Teoria Histórico-Cultural e em pesquisas colaborativas, que promovem a transformação da prática docente ao articular teoria e ação. Tais formações contribuem para a construção de ambientes inclusivos que respeitam a diversidade e estimulam a participação ativa de todos os envolvidos. A colaboração entre educadores, famílias e gestores fortalece o ambiente escolar, criando uma rede de apoio que beneficia crianças com TEA.

A participação coletiva no processo de formação docente é vista como um elemento decisivo para o sucesso das práticas inclusivas. Carvalho (2025) argumenta que, quando todos os atores da comunidade escolar estão envolvidos em projetos formativos, a escola se torna um espaço mais coeso e articulado, onde o atendimento às necessidades das crianças com autismo é efetivado de maneira integrada. Esse modelo fomenta a cooperação e o comprometimento mútuo, essenciais para a superação dos desafios da inclusão.

Estratégias como o modelo Círculo de Amigos, frequentemente apontadas na literatura, revelam-se eficazes para promover a inclusão social e o desenvolvimento acadêmico das crianças com TEA. A criação de grupos que incentivam a interação e a solidariedade entre alunos contribui para a construção de vínculos afetivos e para o engajamento em atividades escolares, promovendo uma participação mais ampla e significativa dentro do ambiente educacional.

Ferramentas pedagógicas específicas, como jogos, músicas e sistemas de comunicação alternativa (PECS, TEACCH), têm demonstrado resultados positivos no desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas em crianças com autismo. Revisões sistemáticas indicam que essas metodologias, quando bem aplicadas, favorecem a interação, a autonomia e o aprendizado, evidenciando a importância de seu uso integrado à rotina escolar para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

No entanto, apesar dos benefícios comprovados dessas ferramentas, seu uso ainda é restrito em muitas escolas brasileiras. A ausência de formação adequada para a implementação dessas estratégias limita a atuação docente e restringe o acesso dos alunos a recursos que poderiam potencializar seu

desenvolvimento. Isso reforça a necessidade de investir em capacitação profissional direcionada e na disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis.

Inovações tecnológicas, como o uso de robôs educacionais, têm mostrado grande potencial para estimular a atenção e o engajamento de crianças com TEA. Santos et al. (2022) demonstram que essas tecnologias auxiliam na redução de comportamentos estereotipados e promovem interações mais adequadas em sala de aula, criando oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicativas. A incorporação desses recursos pode ampliar as possibilidades de intervenção pedagógica.

Além de favorecer a participação, as tecnologias também auxiliam na criação de ambientes estruturados, fundamentais para crianças com TEA, que se beneficiam da previsibilidade e da organização. Segundo Santos et al. (2022), a utilização desses recursos tecnológicos incrementa o interesse e a motivação dos estudantes, contribuindo para a construção de rotinas positivas e para a manutenção do foco nas atividades escolares.

O apoio psicopedagógico emerge como um componente fundamental para a inclusão efetiva. Silva e Marques (2021) ressaltam que a atuação conjunta de psicólogos e terapeutas dentro do ambiente escolar possibilita a identificação precoce de barreiras ao aprendizado e a construção de estratégias integradas que consideram as necessidades específicas dos alunos com TEA, promovendo um atendimento mais eficaz e humanizado.

A dimensão afetiva, muitas vezes negligenciada na formação docente, ganha destaque na literatura como um aspecto essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas de sucesso. Monte e Soares (2024) defendem que o letramento emocional dos professores, ou seja, a capacidade de reconhecer e mediar emoções próprias e alheias, é um diferencial na promoção de relações pedagógicas que respeitam as singularidades das crianças com TEA.

Essa sensibilidade emocional favorece o estabelecimento de vínculos de confiança e segurança, elementos imprescindíveis para que as crianças se sintam acolhidas e motivadas a participar do processo educativo. A mediação afetiva propicia uma experiência escolar mais rica e significativa, que vai além do domínio cognitivo e valoriza o desenvolvimento integral do aluno.

Do ponto de vista legal, a LDB (1996) e a Política Nacional de Proteção dos Autistas (2012) oferecem uma base normativa clara para garantir o direito à educação inclusiva. Todavia, a concretização desses direitos ainda enfrenta desafios significativos na prática cotidiana das escolas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam investimentos efetivos em formação, recursos e acompanhamento.

A operacionalização dessas políticas esbarra em fatores como a burocracia, a falta de recursos e a ausência de estratégias adequadas de capacitação docente. Tais barreiras limitam o alcance e a qualidade

das ações inclusivas, dificultando que os princípios legais se traduzam em mudanças concretas e sustentáveis no cotidiano escolar.

Diante desses desafios, o consenso entre os pesquisadores aponta para a importância de integrar formação inicial e continuada, recursos pedagógicos específicos, envolvimento familiar e apoio institucional para a promoção da inclusão. Essa articulação é vista como essencial para superar obstáculos e garantir que as crianças com TEA tenham acesso a uma educação de qualidade.

Para que essa articulação seja eficaz, é necessário repensar os currículos dos cursos de formação docente, incluindo conteúdos relacionados à inclusão desde os primeiros períodos acadêmicos. Além disso, políticas públicas devem assegurar o acesso contínuo a programas de formação e apoio técnico, possibilitando que os professores atualizem e aprimorem suas práticas ao longo da carreira.

O avanço na construção de ambientes educacionais inclusivos depende, portanto, de um compromisso integrado entre formação profissional, práticas pedagógicas adequadas e políticas públicas robustas. Esse compromisso deve considerar a diversidade como um princípio pedagógico fundamental e promover estratégias que valorizem a equidade e o respeito às diferenças.

A partir da análise bibliográfica, conclui-se que a inclusão de crianças com TEA na educação infantil ainda enfrenta múltiplos desafios que requerem respostas articuladas e contextualizadas. A superação dessas dificuldades depende do fortalecimento da formação docente, do desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes e da implementação consistente de políticas públicas inclusivas.

Somente com esses elementos articulados será possível construir uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade, garantindo que todas as crianças tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento integral, em um ambiente acolhedor, respeitoso e estimulante.

#### 4 CONCLUSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil representa um desafio complexo que exige o envolvimento articulado de diferentes atores e instâncias. A formação docente se mostra um elemento central nesse processo, pois é por meio dela que os professores adquirem os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar com sensibilidade e competência. O reconhecimento das lacunas na formação inicial e a importância da formação continuada indicam caminhos para o aprimoramento profissional e para a efetivação da inclusão.

É imprescindível que os cursos de formação de professores ampliem seus conteúdos para contemplar as especificidades do atendimento a alunos com TEA, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos. Essa ampliação deve ser acompanhada por políticas públicas que garantam recursos e oportunidades para que os docentes possam atualizar seus saberes ao longo da carreira. Assim, o investimento em formação e

capacitação deve ser entendido como estratégia fundamental para garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

O fortalecimento das relações entre escola, família e comunidade é outro aspecto essencial para a construção de ambientes acolhedores e eficazes. O diálogo e a cooperação entre esses sujeitos contribuem para a compreensão mais ampla das necessidades dos alunos com autismo e para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que respeitem suas singularidades. Essa parceria é um fator decisivo para a consolidação da inclusão no cotidiano escolar.

Ademais, a adoção de recursos pedagógicos específicos e inovadores amplia as possibilidades de interação, comunicação e aprendizagem das crianças com TEA. A integração de tecnologias assistivas, jogos, músicas e outros instrumentos deve ser incentivada e acompanhada de formação adequada para que sua aplicação seja realmente eficaz. Essas ferramentas enriquecem o processo educativo e possibilitam um atendimento mais personalizado.

Além dos aspectos técnicos e pedagógicos, o desenvolvimento da sensibilidade emocional dos professores configura-se como um pilar da prática inclusiva. A mediação afetiva favorece a criação de vínculos de confiança e segurança, que são imprescindíveis para que as crianças se sintam acolhidas e motivadas a participar das atividades escolares. Essa dimensão contribui para a humanização do processo educacional.

A inclusão efetiva exige também a superação de barreiras institucionais e estruturais que, muitas vezes, dificultam a operacionalização das políticas públicas. O compromisso das instituições escolares com a inclusão deve ser manifestado em investimentos, planejamento e gestão que priorizem a diversidade e a equidade. Assim, a construção de uma escola inclusiva requer um esforço coletivo e permanente.

É fundamental que os professores não sejam vistos isoladamente nesse processo, mas que recebam apoio e acompanhamento por meio de equipes multidisciplinares. A presença de psicólogos, terapeutas e outros profissionais complementa o trabalho docente e potencializa os resultados das intervenções pedagógicas. A atuação integrada fortalece a rede de suporte e contribui para o desenvolvimento global das crianças com TEA.

A reflexão sobre a inclusão também deve considerar a valorização do professor, que desempenha um papel transformador na sociedade. Investir no seu desenvolvimento profissional é reconhecer a importância da sua missão e garantir condições para que possa exercer suas funções com qualidade. O reconhecimento social e institucional é fundamental para a motivação e o comprometimento dos educadores.

Outro ponto relevante é a necessidade de repensar o currículo da educação infantil, tornando-o flexível e adaptado às demandas da diversidade. Um currículo inclusivo valoriza as diferenças e promove a participação ativa de todas as crianças, respeitando seus ritmos, interesses e potencialidades. A contextualização do conteúdo favorece a aprendizagem significativa e a construção da autonomia.

A promoção da inclusão deve ser encarada como um processo dinâmico e contínuo, que envolve avaliação, revisão e aprimoramento constante das práticas educacionais. É preciso estar aberto às mudanças e inovações que possam contribuir para a melhoria do atendimento às crianças com TEA. Essa postura exige disposição para o aprendizado permanente e para o trabalho colaborativo.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva é um desafio que ultrapassa as fronteiras da sala de aula e demanda o engajamento de toda a sociedade. É necessário promover a sensibilização, o respeito à diversidade e a garantia dos direitos de todos os cidadãos, especialmente daqueles que enfrentam maiores dificuldades. Só assim será possível construir uma educação que promova a justiça social e o desenvolvimento pleno de cada criança.

## REFERÊNCIAS

- CAMARGO, A. M. et al. Formação de professores para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 2, p. 341-358, 2020.
- CARVALHO, L. M. Formação docente e inclusão escolar: uma abordagem histórico-cultural. *Educação & Realidade*, v. 40, n. 1, p. 1-18, 2025.
- CABRAL, M. A.; FALCKE, D.; MARIN, S. Parceria família-escola no atendimento a crianças com autismo: desafios e perspectivas. *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 3, p. 333-346, 2018.
- FERRO, M. A. C. Inclusão escolar: formação de professores e práticas pedagógicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 47, n. 165, p. 15-32, 2017.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 jun. 2025.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 15. ed. São Paulo: Moderna, 2016.
- MELO LIMA, E.; LAPLANA, F. A experiência docente no atendimento de crianças com autismo na educação infantil. *Revista de Educação Inclusiva*, v. 5, n. 1, p. 45-61, 2019.
- MONTE, M. C.; SOARES, F. Letramento emocional na formação docente para a inclusão: uma abordagem necessária. *Psicologia & Educação*, v. 33, n. 2, p. 234-249, 2024.
- NUNES, M. M.; AZEVEDO, R. P.; SCHMIDT, M. T. Comunicação e inclusão escolar: desafios no atendimento a alunos com autismo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 55, p. 427-444, 2013.
- POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2014.
- SANTOS, R. S. et al. Uso de robôs educacionais no estímulo à aprendizagem de crianças com autismo. *Revista de Tecnologia e Educação*, v. 9, n. 2, p. 87-101, 2022.
- SILVA, T. M.; MARQUES, P. O. Psicopedagogia e inclusão: estratégias para o atendimento a estudantes com TEA. *Revista de Psicopedagogia*, v. 38, n. 119, p. 205-220, 2021.